

**REFLEXÕES ACERCA DO SIMBÓLICO
DA PAISAGEM: APAGAMENTOS NO LARGO DO
ROSÁRIO DO CURRAL DEL REI**

REFLECTIONS ABOUT THE LANDSCAPE
SYMBOLIC: DELETIONS ON THE ROSARY
OF CURRAL DEL REI

Recibido: 15.01.2021
Aprobado: 10.02.2021

Tiago da Cunha Rosa
tiagocunhar@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9579-9473>
Escuela de Bellas Artes - Universidad Federal de Minas Gerais, Brasil

A sobreposição das camadas de tempo deixa profundas marcas no espaço construído (ou mesmo desconstruído), e uma observação atenta a estes espaços permite não somente a leitura, a redescoberta e o eventual resgate destes espaços através de metodologias de restauração ou de reconstituições digitais, mas a retomada dos valores simbólicos implícitos nestes espaços, entendendo a cidade como um espaço de conflitos, através do conceito de palimpsesto.

O espaço das cidades, gradualmente ocupado, edificado e alterado pelas sociedades, enquanto espaço construído, carrega em suas edificações, em seus espaços construídos e livres uma ‘materialidade edificada, que se reveste de forma, função e significado.’ (PESAVENN, 2004, p. 2). Desta maneira, tais significados e valores simbólicos podem ser lidos através das marcas edificadas nas diversas camadas do espaço. A este respeito, PESAVENN (2004) define que o palimpsesto

(...) é uma imagem arquetípica para a leitura do mundo. Palavra grega surgida no século V a.c., depois da adoção do pergaminho para o uso da escrita, palimpsesto veio a significar um pergaminho do qual se apagou a primeira escritura para reaproveitamento por outro texto. A escassez de pergaminhos os séculos de VII a IX generalizou os palimpsestos, que se apresentavam como os pergaminhos nos quais se apresentava a escrita sucessiva de textos superpostos, mas onde a raspagem de um não conseguia apagar todos os caracteres antigos dos outros precedentes, que se mostravam, por vezes, ainda visíveis, possibilitando uma recuperação. (PESAVENN, 2004, p. 2)

Através dessa definição de palimpsesto, ‘Há uma escrita que se oculta sobre outra, mas que deixa traços; há um tempo que se escondeu, mas que deixou vestígios que podem

ser recuperados. Há uma superposição de camadas de experiência de vida (PESAVENN, 2004, p. 2)

Tal ponto de vista fornece uma importante chave conceitual, que permite e pensar a cidade como uma sobreposição em camadas, que por não serem totalmente apagadas, se coadunam na conformação do presente edificado e assim, entender a paisagem urbana como ‘paisagem social, fruto da ação da cultura sobre a natureza, obra do homem a transformar o meio ambiente (PESAVENN, 2004, p. 3). E, portanto, a materialidade da forma urbana, seu traçado, seus espaços edificados e livres, compõem um ‘palimpsesto de formas, que remetem à imagem arcaica do tecido ou trama na qual se superpõem várias camadas, mais ou menos aparentes, se não invisíveis de todos’ (PESAVENN, 2004, p. 3)

O que se destaca por fim, é a possibilidade, e sobretudo a necessidade, de que se observe o palimpsesto da urbes não somente em busca de funções, de formas, e de materialidades de diferentes temporalidades que sobreviveram explícitas, numa superfície visível, é necessário que o olhar do pesquisador se debruce sobre aquilo que é ‘implícito e o invisível à superfície, desenterrando aquilo que não mais se vê: o sugerido, o intuído e pressuposto, o transformado, o desaparecido e o lacunar, o ausente’ (PESAVENN, 2004, p. 3)

A este respeito, torna-se indispensável investigar os valores simbólicos e memórias dos quais a paisagem (construída ou natural) é imbuída, visto que a partir do momento em que pode ser entendida como um produto das sociedades que ocupam o território e atribuem importância, logo carrega símbolos, ícones e outros elementos portadores de significância cultural.

Segundo LUCHIARI, a análise e compreensão das paisagens vernaculares é importante por possibilitar valores simbólicos que levam a um vislumbre do sujeito oculta na paisagem, ou seja, ‘o modo de produção que impregna as práticas sociais e faz surgir ou organizam territórios valorizados ou repugnantes.’ (LUCHIARI, 2001 apud COSTA p.2). Desta maneira, não somente as paisagens oficiais, incorporadas ao traçado das cidades, mas as paisagens excluídas e marginalizadas por seu aspecto estético, também carregam consigo um forte aspecto simbólico. (COSTA, 2008, p.2)

Já TUAN (1983) aponta que “a amplitude da experiência ou conhecimento pode ser direta e íntima, ou pode ser indireta e conceitual, mediada por símbolos” (TUAN, 1983:07 APUD COSTA, 2008, p. 2). Desta maneira, percebe-se que as práticas e saberes das

sociedades moldam seus respectivos territórios, inserindo símbolos que conectam o subjetivo ao espaço, de modo que, sob uma visão advinda da geografia, paisagem e memória são conceitos que interferem de forma recíproca um no outro, ‘a paisagem faz parte da realização humana, eivada de um significado pleno no seu sentido fenomenológico.’ (COSTA, 2008, p.3)

Assim, se conjugam memória e paisagem num ‘conjunto de signos que estruturam a paisagem segundo o próprio sujeito e refletindo uma composição mental resultante de uma seleção plena de subjetividade a partir da informação emitida por seu entorno.’ (COSTA, 2008, p.4) Desta maneira,

a paisagem vernacular atesta a relação que um determinado grupo social mantém com o lugar, expressando a sua formação e continuidade, mantidas através de práticas culturais que podem ser representadas por exemplo, através dos complexos industriais, dos povoados rurais, das reservas indígenas, dos lugares sagrados, dos parques naturais etc. Cada um dos exemplos enunciados contém uma variedade de elementos de ordem natural ou cultural associados a uma prática cultural que definem um conjunto de símbolos que expressam a memória do lugar. (COSTA, 2008, p.5)

A partir do entendimento da paisagem enquanto portadora de memórias, é possível buscar um sentido identitário para as relações os grupos sociais e o espaço. Esta relação é mediada “pelas práticas sócio-espaciais que irão envolver aculturamentos e adaptações por meio de artificializações da natureza e naturalização do artificial”. (GOMES 2001, APUD COSTA, 2008, p. 6)

Alguns bons exemplos destas práticas, podem ser dados pelas festas de padroado, as congadas, festas das irmandades negras de influência africana, que com seus batuques, seus ritmos, seus trajes e símbolos que de maneira simultânea acabam por produzir uma ‘paisagem material e imaterial. Material quando apresenta o cenário da festa, parado ou em movimento, percebido através dos sentidos. Já sua imaterialidade comporta a memória que foi construída e transmitida através das interpretações do passado.’ (COSTA, 2008, p. 11)

Conceituados os valores simbólicos da paisagem urbana, e de como o palimpsesto presente na urbe reflete as narrativas de antigos apagamentos e discursos hegemônicos, conflitos diversos, será apresentado a seguir um caso específico que reflete tais narrativas: O caso da antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário do Curral Del Rei, inaugurada na segunda década do século XIX e destruída em 1879 por ocasião da construção da nova

Capital de Minas Gerais, que demonstra práticas higienistas e segregacionistas amparadas por órgãos públicos e instituições religiosas. Este templo tem sua origem,

mais precisamente em 1819, por solicitação da “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei, Comarca do Sabará”, em carta datada de 23 de outubro de 1807 endereçada à Vossa Majestade Dom João VI. Na carta, os irmãos do Rosário solicitam autorização para a edificação de uma capela a ser dedicada a Nossa Senhora do Rosário, onde os irmãos negros poderiam realizar seus cultos, bem como para a construção de sepulturas para o sepultamento de seus mortos. (SILVA, 2019, p.2)

O mapa abaixo, hoje parte do acervo do museu Abílio Barreto, elaborado pela comissão construtora da nova capital, mostra uma sobreposição do mapa de Belo Horizonte ao mapa do antigo Curral Del Rei, onde se pode notar a localização do largo da antiga capela de Nossa Senhora do Rosário, onde hoje se localiza a esquina das ruas da Bahia com a Timbiras. Conforme a documentação de 1894 disponível, esta capela ‘pertencia à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e Pardos. Com base em informações atuais da Arquidiocese de Belo Horizonte, o templo foi demolido em 1897’ (SILVA, 2019, p.3)



Imagem 1: Mapa do antigo Curral Del Rei Sobreposto com o Mapa de Belo Horizonte

Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto

Após a demolição da antiga capela, nota-se a reinauguração de um novo templo, porém sob uma nova invocação, novos proprietários e uma nova localização, num ato de dissolução das antigas raízes e sentimentos topofílicos daquele templo com sua população tradicional. O novo templo foi inaugurado

‘em 26 de setembro de 1897 na esquina da Avenida Amazonas com as ruas São Paulo e Tamoios, no centro de Belo Horizonte, sendo de propriedade da Arquidiocese de Belo Horizonte, então sob o título de Capela Curial Nossa Senhora do Rosário, desaparecendo as referências à Irmandade dos Homens Pretos.’(SILVA, 2019, p.4)

Percebe-se neste processo, a atuação de mecanismos de exclusão, uma vez que ‘a construção dos elementos identitários das populações negras de Belo Horizonte foram colocados à margem.’ (SILVA, 2019, p.5) E neste processo, não se sabe para onde foram deslocadas as populações que ocupavam aquela área, permitindo assim que ocorresse a expulsão destas pessoas, acarretando além da destruição daquela paisagem tradicional com seus valores simbólicos, a descaracterização das práticas culturais que aquela população desenvolvia naquele largo.

Coaduna-se a este processo de descaracterização das práticas sociais um decreto de 1927, no qual o bispo Dom Cabral ‘decretou a supressão do Reinado em toda a diocese (...), emitiu um documento pastoral o qual proibia os festejos do Rosário no interior das igrejas católicas. (Silva, 2019, p.6) Tal proibição acabou por afastar estas práticas religiosas do espaço formal do centro da cidade, por considerá-las desviantes da doutrina católica.

No caso da de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, seus integrantes habitavam o interior da região que viria a ser definida como o centro da futura capital. Contudo, logo após a sua inauguração, passaram a habitar as periferias, expelidos da região central da nova metrópole. As manifestações religiosas dessas comunidades negras, agora ocupantes das periferias da cidade planejada, incomodavam a igreja católica por se tratarem de manifestações que em nada se assemelhavam aos ritos canonicamente aceitos por parte da hierarquia eclesiástica.

Mauro Silva (2019) aponta que potencialmente este afastamento entre a igreja católica e as antigas práticas das irmandades negras teriam ‘contribuído para o

deslocamento das populações negras de Belo Horizonte em direção às favelas e periferias da cidade. (SILVA, 2019, p. 12)

Para além da destruição da paisagem tradicional que era espaço das práticas religiosas, e da proibição das práticas dentro da igreja, destaca-se por fim a ausência de quaisquer trabalhos arqueológicos nas demolições deste templo (assim como na Mariz de Nossa Senhora da boa Viagem).

Em depoimento dado durante uma ocupação do coletivo Negricidade, ocorrido em 2019, a Historiadora Marcelina Almeida destaca que

‘Os corpos dos negros, da Comunidade Negra, que atuava aqui na Igreja do Rosário, a gente não tem notícia do que foi feito com eles. Da Matriz da Boa Viagem, tem num dos livros do Pedro Nava, Beira Mar, ele conta que ele morava aqui, numa dessas ruas perto da Igreja da Boa Viagem. Aí ele conta que nesse processo de construção da atual Catedral que, da janela da casa dele, ele via o terreno sendo revirado. Aí dava pra ele ver tíbias, crânios. Então, assim, não houve uma preocupação em retirar esses mortos, pelo menos da Boa Viagem, eu tenho essa notícia. Então eu imagino, eu suponho, que, da Capela do Rosário, o processo foi o mesmo.’ (MUQUIFU, 2020)

Mostra-se por fim, a recente reconstrução tridimensional que estão em processo de elaboração pelo projeto Paisagens Pitorescas, sob orientação do professor Alex Bohrer no Instituto Federal de Minas Gerais, que tem como objetivo resgatar a paisagem do antigo Curral Del Rei, como instrumento de resgate da memória e da paisagem do largo do Rosário.



Imagem 2: Reconstrução tridimensional do largo do rosário
Fonte: Acervo do autor

Conclusões

Neste sentido, pode-se atestar a importância do palimpsesto existente nas cidades como portador de memórias, e não somente através das paisagens e elementos ainda existentes ou parcialmente preservados, mas também daqueles que passaram por processos de apagamentos e silenciamentos. Tais processos, se corretamente lidos e interpretados, permitem o entendimento das lutas de diversos grupos que moldaram o espaço e a paisagem das cidades, inserindo significados, símbolos, ícones e imbuindo o espaço de práticas sociais variados.

Logo, apagar uma paisagem, pode apagar não só aspectos estéticos, mas todos estes valores simbólicos que carregam trações culturais que moldam as cidades, como foi o caso da capela do rosário em Belo Horizonte, que numa política higienista, seguida pela proibição dos reinados, acabou por gerar uma expulsão desses grupos afrodescendentes da região central da nova capital, levando a uma desconexão entre a população e o território.

Destaca-se por fim a importância de métodos que possam resgatar algumas dessas paisagens, mesmo que digitalmente, visto que tal resgate pode representar um pequeno passo em direção à retomada de valores perdidos que se assentavam sobre estes espaços, permitindo um vislumbre do modo de vida e das práticas sociais que as comunidades tradicionais desenvolviam nas urbes.

Referências

- COSTA, Otavio. "Memoria e paisagem: em busca do simbolico dos lugares." Espaço e Cultura, no. 24 SUP, 2008, p. S149+. Accessed 4 Nov. 2020
- MUQUIFU. 3ª Ocupação NegriCidade. 2020. (20min21s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fIPbcIfOt9E>> Acesso em: 04 nov. 2020
- PESAVENN, Sandra latally. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. 2004. Revista Esboços N°I I – UFSC
- SILVA, Mauro Luiz da. Os 200 anos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Belo Horizonte: Negligências, Silenciamentos e Resistências. 2019